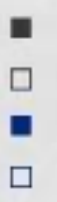
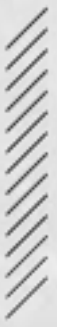




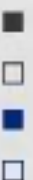
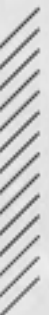
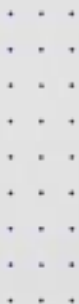
UNIBRA

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

GESTÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR



Globalização (unidade 1)	4
Evolução do comércio exterior (unidade 1).....	10
O que é comércio exterior (unidade 1).....	15
Estrutura do comércio exterior no Brasil (unidade 2).....	23
Blocos econômicos (unidade 2).....	29
Importação (unidade 3)	35
Exportação (unidade 3).....	40
Coronavírus: Economia e comércio exterior.....	46



UNIDADE I –

GLOBALIZAÇÃO

Conteúdo programático

- História da Globalização
- Importância da Tecnologia nos avanços comerciais
- Primeiros registros de atividade comercial

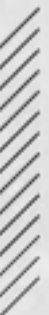
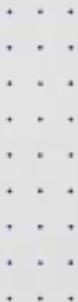
EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Conteúdo programático

- Formação da Atividade comercial
- Analogia da atividade comercial internacional

Objetivo

- Discutir o processo que culminou na atividade comercial internacional e suas principais vertentes.



1. Globalização



Foto: <http://leonoralves-escola.blogspot.com/2018/09/licao-3-economia-c-12b.html>

A globalização é um processo de expansão econômica, política e cultural a nível mundial. Sua origem remete ao período das Grandes Navegações no século XVI, momento em que as trocas comerciais se ampliaram para outras nações.

No último século, o processo de globalização se acelerou bastante devido à Terceira Revolução Industrial (ou Revolução Técnico-Científico-Informacional). Ela promoveu a evolução das tecnologias de transporte e comunicação, de modo que a distância e as fronteiras geográficas se tornam cada vez menores. Isso contribuiu diretamente para o aumento das trocas comerciais entre os países, sobretudo para a velocidade em que essas trocas acontecem.

1.2 PRIMÓRDIOS DA GLOBALIZAÇÃO: AS GRANDES NAVEGAÇÕES

As Grandes Navegações talvez tenham sido o primeiro passo para o mundo se tornar globalizado. Foi um período de procura por novos locais para fazer comércio e explorar territórios que aconteceu entre os séculos XV e XVII. Era o início da construção de um comércio global, além do continente europeu,

com as trocas comerciais se expandindo internacionalmente, principalmente para as Américas e para a África.

Naquela época, a Itália tinha o monopólio da rota pelo Mar Mediterrâneo para a Índia, grande fornecedora de especiarias (produtos utilizados para temperar e conservar alimentos, elaborar medicamentos, cosméticos e outros produtos de farmácia). Dessa forma, os italianos cobravam o preço que desejassem para revender tais mercadorias.

Por isso, havia a intenção, por parte de outros países como Espanha e Portugal, de romper com o monopólio, encontrando um novo caminho para as Índias Orientais (sudeste asiático). Além disso, existia o interesse por descobrir novas terras com o objetivo de encontrar, possivelmente, metais preciosos, produtos agrícolas ou pessoas para catequizar a religião católica nas regiões descobertas. Dava-se início à chamada “Era dos Descobrimentos”, financiada pelas coroas portuguesa e espanhola, em aliança com suas respectivas burguesias.

Esse período levou ao desenvolvimento da cartografia, à mudança do eixo do comércio mundial do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico, à chegada dos europeus na América, incluindo o Brasil, e à evolução do comércio a nível internacional.

Apesar do aumento das trocas comerciais, os recursos disponíveis nos séculos XV a XVII eram muito diferentes dos que surgiram com a Terceira Revolução Industrial no século XX. Na Era das Navegações, tecnologias como caravelas, bússolas, pólvora e a invenção da imprensa foram importantes para as conquistas. A partir do século XX, surgem contextos político-econômicos, culturais e tecnológicos mais favoráveis à globalização.

1.3 AS CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DA GLOBALIZAÇÃO

Um dos principais elementos da globalização é a expansão do comércio mundial, sendo que a busca por vantagens competitivas traz como consequências os principais fatores econômicos:

- Aumento da concorrência entre os mercados - Com as trocas comerciais acontecendo entre diferentes países, a concorrência aumentou a nível mundial e teve reflexos na economia e na política.
- Grande circulação no mercado financeiro - O mercado financeiro é constituído por bancos e bolsas de valores, que são instituições que negociam as ações das empresas. Assim, faz a ligação entre empresas e pessoas com capital sobrando e as sem capital. Através das bolsas de valores, é atraído o capital especulativo, também denominado “capital volátil”, isto é, um dinheiro que pode entrar ou sair com facilidade naquele mercado.

1.4 A POLÍTICA MULTIPOLAR NO MUNDO GLOBALIZADO

Com o fim da União Soviética o mundo deixa de ser caracterizado pela sua bipolaridade – dois extremos de força política/econômica/militar representados pelos Estados Unidos da América e a União Soviética – e adquire um caráter multipolar, ou seja, mais de dois países com uma dimensão de poder internacional significativo (como a Alemanha, China, Inglaterra, dentre outros).

A expansão da economia no contexto multipolar fez surgir a necessidade de políticas reguladoras, a fim de facilitar as trocas comerciais entre diferentes países e solucionar possíveis conflitos de interesse. Dessa forma, os países buscaram, através de instituições internacionais, formas de delimitar regras comuns sobre as trocas comerciais e um espaço formal para a resolução de possíveis conflitos econômicos entre dois ou mais países.

Primeiramente, nasceu o acordo geral de tarifas e comércio (GATT) em 1947, que buscava estabelecer as premissas básicas para o comércio internacional. Com o passar do tempo e o surgimento de regras mais fortes, o GATT evoluiu para a Organização Mundial do Comércio (OMC), na década de 1990. Uma das principais temáticas atuais da OMC, representada pela chamada Rodada de Doha, é a prática de subsídios agrícolas, ou seja, a existência de incentivos fiscais por parte de países desenvolvidos.

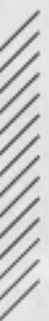
Outro grupo importante no mundo globalizado é o G-8, constituído por Estados Unidos, Canadá, Itália, França, Alemanha, Inglaterra, Japão e Rússia. Essas potências econômicas se reúnem quase todos os anos e têm a capacidade de influenciar os rumos da economia no mundo.

Há também o G-20, que busca políticas que pautam também os países emergentes. Ele é formado por países desenvolvidos e países emergentes: Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina, África do Sul, México, Rússia, Índia, Indonésia, China, Japão, Coreia do Sul, Turquia, Alemanha, França, Itália, Rússia, Reino Unido, Austrália e União Europeia.

1.5 A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E O BRASIL

O Brasil é um dos principais exportadores de laranja, açúcar, soja e café. Respectivamente, o país representa 85%, 50%, 40% e 27% do comércio destes alimentos no mundo.

O país também é um dos principais produtores de minerais metálicos, como Ferro, Manganês e Bauxita. Além disso, exportamos produtos manufaturados (automóveis, aviões, eletroeletrônicos) e celulose (que é semi manufaturada).



O Brasil é um grande importador de combustíveis fósseis, e maquinários. Porém é exportador de produtos agrícolas, que possuem baixo valor agregado. Por isso, manter a balança comercial positiva é um desafio. Ela é o cálculo que representa o valor das exportações menos o das importações.

Os maiores parceiros comerciais do Brasil atualmente estão localizados na Ásia, ou pertencem ao Mercosul. Um dos fatores que dificultam o avanço do comércio brasileiro para outros países são as barreiras comerciais internacionais.

Alguns países impedem a entrada de produtos brasileiros para evitar a concorrência com a produção nacional. Dessa forma, o Brasil possui uma presença importante em fóruns internacionais como a OMC para reivindicar, em parceria com outros países, condições iguais de concorrência internacional.

1.6 Globalização e o comércio exterior



Foto: <https://www.portugalbusinessontheway.com/como-o-comercio-internacional-esta-a-recuperar-mais-cedo-do-que-o-esperado/>

O comércio exterior e a globalização estão interligados, porque o comércio exterior é uma consequência da globalização. A globalização refere-se ao comércio cada vez mais sem fronteiras, que ocorre entre os países e territórios. Este tipo de comércio é facilitado pela eliminação ou redução de restrições na forma de tarifas e outras taxas como quotas de importação. A globalização serve para aproveitar as possibilidades e oportunidades disponíveis através da cooperação de diferentes nações.

Uma relação entre comércio exterior e a globalização é o fato de que a globalização permite o transporte mais fácil de mercadorias através das

fronteiras internacionais. Por exemplo, a globalização tornou mais fácil a viagem de pessoas para todas as partes do mundo em busca de negócios, estudos ou com a finalidade de vender ou comprar bens e serviços. Um homem de negócios na China pode precisar se encontrar com alguém na Argentina, a fim de inspecionar alguns bens, assinar um contrato, e tomar as providências para a transferência de bens da Argentina para a China. Graças à globalização, tudo isto pode ser feito em uma questão de dias.

Outra relação entre comércio exterior e globalização pode ser vista da facilidade de comunicação através das fronteiras. A comunicação internacional é muito mais fácil agora, graças à melhoria na tecnologia e devido à influência da globalização. O acesso à comunicação facilita o comércio exterior, tornando proporcionando a interação entre pessoas através do uso de ferramentas de comunicação como a Internet, telefones e cartas, de modo que as negociações entre empresas e corporações também é beneficiada. Como tal, uma empresa na Austrália pode enviar por fax uma ordem para uma empresa no Japão para uma série de máquinas fotocopadoras para a sua sede corporativa.

Outro exemplo de comércio exterior e a globalização pode ser visto no efeito da terceirização. A terceirização ocorre quando uma empresa recruta funcionários de outros países para trabalhar na companhia. Isto acontece devido a uma série de razões, incluindo o desejo da empresa de se beneficiar com a mão de obra mais barata que vem de outros países. O mesmo conceito se aplica à construção de fábricas em países com mão de obra barata, ajudando as companhias a poupar dinheiro e aumentar as margens de lucro empregando trabalhadores com salários mais baixos.

Indicações:

Livro: Milton Santos - por uma outra globalização

Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf

Série: House of Cards / Disponível na netflix

REFERÊNCIAS:

O que é globalização? Politize, 2017. Disponível em:

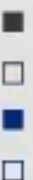
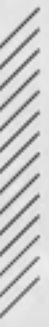
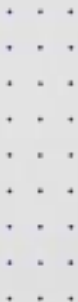
<https://www.politize.com.br/globalizacao-o-que-e/>. Acesso em dia: 24 de Agosto de 2021.

Relação entre Comércio Internacional e globalização. Manutenção e suprimentos, 2018. Disponível em:

<https://www.manutencaoessuprimentos.com.br/relacao-entre-comercio->

internacional-e-globalizacao/amp/#gsc.tab=0. Acesso em dia: 24 de Agosto de 2021.

LOURENÇO, Ana. **Três filmes e séries do Netflix para estudar geografia.** Guia do estudante, 2019. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/dicas-estudo/3-filmes-e-series-do-netflix-para-estudar-geografia/>. Acesso em dia: 24 de Agosto de 2021.



1. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL



Foto por: <https://www.suno.com.br/artigos/comercio-internacional/>

Nos últimos anos, o comércio mundial enfrentou muitos desafios para conseguir prosperar, dentre os quais podemos citar a constante modernização dos processos logísticos, a evolução dos controles aduaneiros e a formação de novos acordos e blocos econômicos, redefinindo regras tarifárias.

De suma importância para a manutenção desta constante evolução é a atenção ao rígido cumprimento de regras e parâmetros internacionais, que podem vir de legislações próprias dos países atuantes em comércio internacional, de seus blocos econômicos ou até mesmo exigências estabelecidas no âmbito de organizações mundiais, como a OMC (Organização Mundial do Comércio) e a OMA (Organização Mundial das Aduanas).

Muitas são as vantagens percebidas pelas empresas que hoje são referências globais em Compliance, desde a melhoria no relacionamento com os mais variados níveis de stakeholders, até benefícios específicos garantidos por governos, como é o caso do Programa de OEA – Operador Econômico Autorizado (tradução da sigla AEO, em inglês, Authorized Economic Operator), em que um tratamento aduaneiro diferenciado é concedido a

empresas que representam baixo risco para a Aduana nas operações de comércio exterior, como veremos com mais detalhes a seguir.

O programa consiste em conceder tratamento aduaneiro especial a empresas que, de maneira voluntária, demonstrem estar com as obrigações de compliance em dia, representando assim um baixo risco para a gestão aduaneira. Isto, na prática, é refletido em uma significativa redução dos percentuais de parametrização aduaneira de conferência (canais amarelo e vermelho), resultando em um robusto ganho de tempo no trânsito internacional de cargas operadas por empresas certificadas OEA.

As exportações no programa de OEA são beneficiadas através de acordos de reconhecimento mútuo firmados entre as aduanas dos países, de modo a reconhecer entre si o benefício concedido às empresas certificadas OEA em seus respectivos países e, assim, conceder a elas o tratamento diferenciado. Hoje, o Brasil já tem firmado o ARM com o Uruguai e está avançando as negociações com diversos outros países, dentre eles os EUA.

A meta da Receita Federal do Brasil para o programa é que, até 2019, metade do volume de todas operações de comércio exterior no Brasil seja realizado por operadores econômicos autorizados. Os robustos ganhos apresentados pelo programa vêm atraindo cada vez mais empresas interessadas em se tornarem OEA, integrando-se ao programa que já conta com 111 empresas certificadas e outras 139 aguardando análise da RFB. Os números indicam que essa meta será facilmente alcançada, garantindo robustos benefícios àquelas empresas que estiverem em compliance e aderirem ao programa.

A criação do OEA deu-se em 2005, durante reunião da Organização Mundial das Aduanas (instituição que conta hoje com 179 países signatários) visando tanto um maior controle no trânsito global de mercadorias, quanto uma maior integração e segurança para os profissionais atuantes no segmento.

No Brasil, o programa teve sua fase final implementada em dezembro de 2015 e, além de gerar mais confiança – o que, conseqüentemente, traz mais investimentos para o país – o OEA otimiza os processos de reconhecimento global. Embora não seja obrigatória, a certificação oferece uma série de benefícios para os agentes interessados, fator que faz com que a busca pela adequação às exigências do programa aumente progressivamente.

Dentre os benefícios gerais que a adesão ao Programa de OEA oferece às empresas certificadas, podem ser listados:

– Divulgação no site da Receita;

- Possibilidade de utilização da logomarca AEO (Authorized Economic Operator);
- Ponto de contato direto entre um operador designado e um servidor da RFB para o esclarecimento de dúvidas;
- Participação em seminários, treinamentos e fóruns consultivos;
- Dispensa de exigências já cumpridas quando da adesão ao OEA: o operador ficará isento de tais demandas nas unidades de despacho aduaneiro da RFB.
- É possível consultar os benefícios específicos de cada modalidade de certificação no Portal IDG da Receita Federal.

Em um ambiente tão cheio de desafios quanto o segmento de importações e exportações, é fundamental que as companhias busquem diferenciais competitivos e formas de otimizar suas operações. Neste sentido, o Programa OEA deve ser considerado como uma ferramenta de fortalecimento das empresas que, atuando em compliance, podem formalizar novos negócios com mais segurança e, assim, expandir fronteiras.

2.1 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Comércio
exterior
brasileiro



Foto: <https://blogdoenem.com.br/comercio-exterior-brasileiro-geografia-enem/>

Até 1997, para se importar no Brasil era necessário preencher 'dúzias' de formulários, dar entrada com os pedidos em órgãos arcaicos, e esperar pelos carimbos de grandes empresários em prédios luxuosos espalhados pelo país

inteiro. Em 1997 surge uma mudança significativa, com a completa eliminação dos formulários em papel, para um modelo eletrônico. O SISCOMEX passou a ser uma realidade para os importadores.

De lá pra cá, muita coisa mudou, este sistema ficou defasado, a internet se tornou uma realidade, em 2013 o Brasil assinou um acordo de facilitação econômica com a OMC, e ocorreu uma nova revolução: O conceito de Single Window (guichê único), uma completa e profunda reformulação sistêmica, normativa e procedimental, visando tornar a atuação dos órgãos governamentais mais eficiente, integrada e harmonizada.

2.2 A RESTRIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES NO BRASIL

O Brasil viveu anos difíceis para quem desejava importar na década de 80 e começo dos anos 90. O país tinha um programa de proteção à indústria nacional, que vetava a maioria das compras externas.

Este modelo restritivo foi feito com o controle das importações, com medidas tarifárias e não-tarifárias, e manipulação da taxa de câmbio.

Na prática, quem quer que desejasse importar qualquer produto, fosse matéria-prima ou produto final, dependia do cumprimento de uma extensa lista de obrigações, que envolvia formulários,diversas regras, autorizações, e quando aprovado, ainda assim pagaria uma das mais altas tarifas de importação do mundo.

Seguindo um modelo protecionista, a substituição das importações (como era chamado) era um processo que almejava levar ao aumento da produção interna do Brasil, e com isso diminuindo a necessidade de importações.

Mas não foi isso que aconteceu.

O objetivo era nobre, o de desenvolver o setor manufatureiro e resolver problemas de dependência de capitais externo, mas que colocou o país em problemas, com atrasos tecnológicos existentes até hoje, e que também não foi suficiente para proporcionar a efetiva redução dos índices de desigualdades sociais internas, e tão pouco criar avanços tecnológicos nos mais diversos segmentos da economia.

O MODELO BASEADO NO PAPEL

Enquanto lá fora já se experimentava o liberalismo econômico, com a quebra de diversas barreiras em boa parte dos continentes, o Brasil precisava emitir

uma Guia de Importação toda vez que desejasse comprar qualquer produto do exterior.

O órgão responsável pelo gerenciamento e concessão dos pedidos de importação era a CACEX (Carteira de Comércio exterior do Banco do Brasil).

Também compreendia à Cacex emitir as licenças de exportações, que poderiam ser negadas em alguns casos (como, por exemplo, em situações que compromettesse o abastecimento interno).

O importador, sempre que tivesse a necessidade de importar algum produto, deveria preencher um formulário (em 7 vias) e protocolizar no Banco do Brasil para ser analisado, e posteriormente aprovado.

Este documento seguia a um rígido controle de preenchimento, e existiam verdadeiros 'especialistas' no preenchimento da GI.

Depois de algum tempo, era necessário ir até a agência da CACEX para olhar a 'listagem' que ficava disponível, e averiguar a situação do seu pedido: DEFERIDO, INDEFERIDO ou EM EXIGÊNCIA. Após a concessão da GI, o importador tinha 60 dias para promover o embarque da mercadoria, e quando esta chegasse ao Brasil, ele deveria providenciar o desembaraço aduaneiro, também com formulários:

DI (Declaração de Importação): que era dividido em Capa (resumo geral), Anexo I (resumo da carga), Anexo II (adições, mercadorias), e Anexo III (Quadro 24, uma espécie de local para informações complementares);

A via específica da Guia de Importação;

DARF em papel, com o recolhimento dos tributos, pagos na rede bancária; Documentos que instruíam o despacho aduaneiro: Fatura Comercial, Conhecimento de Embarque, Packing List e Certificados

SISCOMEX (O MODELO BASEADO NO DIGITAL)

Em Setembro de 1992 foi editado o Decreto 660, que instituiu o Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex. Em 1993 foi implementado o Siscomex Exportação, e em 1997, o Siscomex Importação.

O objetivo do Siscomex foi o de promover a integração do Comércio Exterior Brasileiro, com um fluxo único de informações. Foi projetado para ser o instrumento pelo qual a legislação de comércio exterior seria executada.

Todas as medidas administrativas incidentes sobre as importações e sobre as exportações deveriam, assim, ser implementadas mediante o Siscomex. Este sistema foi pioneiro no mundo para o controle administrativo e aduaneiro de operações de comércio exterior. Ele integrou as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, por intermédio de um fluxo único e automatizado de informações.

O SISCOMEX promoveu a integração das atividades de todos os órgãos gestores do comércio exterior, inclusive o câmbio, permitindo o acompanhamento, orientação e controle das diversas etapas. Todas as operações aduaneiras no Brasil, passaram, a partir de então, para a gestão do Siscomex, sobre a administração da Receita Federal do Brasil, Secretaria

REFERÊNCIAS:

VIETAS, Sérgio. **A evolução do comércio exterior**. Monitor Mercantil, 2017. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/a-evolu-o-do-com-rcio-exterior/>. Acesso em dia: 24 de Agosto de 2021.

ARAÚJO, Carlos. **A evolução do comércio exterior**. Comex blog, 2019. Disponível em: <https://comexblog.com.br/despacho-aduaneiro/a-evolucao-do-comercio-exterior-brasileiro/>. Acesso em dia: 24 de Agosto de 2021.

3. O que é comércio exterior



Foto: <https://www.grupotpc.com/servicos/comercio-exterior/>

Comércio exterior é a troca de produtos ou serviços entre um país e outro. O Comércio Exterior, aplicado carinhosamente como Comex, compreende vários termos, regras e normas nacionais das transações.

Estas regras são de âmbitos nacionais, criadas para disciplinar e orientar tudo o que diz respeito a entrada no país de mercadorias procedentes do exterior, no caso quando existe uma importação e a saída de mercadorias do território nacional, quando é uma exportação. Estas regras refletem diretamente em questões como:

- Tributária;
- Comercial;
- Financeira;
- Administrativa, e por fim;
- Aduaneira.

A profissão inclui conhecimentos e partes burocráticas que envolvem:

- Logística;
- Trâmites de pagamento e de conversão das moedas;
- Regularização de toda a documentação necessária; e
- Garantia do cumprimento das leis são ofícios do Comércio Exterior.

O Resultado gerado pela área de comex, impacta diretamente no PIB que é o Produto Interno Bruto que se dá devido a variação da Balança Comercial.

PIB é a soma de todos os bens e serviços finais de um país em valores monetários em um determinado período, portanto o seu maior objetivo é avaliar a atividade econômica de determinada região e seu nível de riqueza. Aqui no Brasil, o PIB é calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

3.1 Alguns termos do Comércio Exterior

A Balança Comercial representa as transações comerciais com o exterior. Ela é calculada de acordo com a diferença entre as exportações e importações;

- **Superávit:** Quando as exportações são maiores que as importações, dizemos que a Balança está positiva, gerando um Superávit. Tal condição é excelente para o país, uma vez que significa que o produto nacional está sendo bem vendido lá fora;
- **Déficit:** Se as importações forem maiores que as exportações, a Balança se torna negativa e gera um déficit na Economia, pois significa que o país está comprando mais do que está vendendo;
- **IMPORTAÇÃO:** entrada de mercadorias e saída de dívidas do país;

- **EXPORTAÇÃO:** saída de mercadorias e entrada de divisas no país;
- **DIVISAS:** moeda conversível no âmbito internacional (Dólar e Euro);
- **AD Valorem:** Taxa de seguro cobrada sobre tarifas de frete ou alfandegárias proporcionais ao valor dos produtos da operação (nota fiscal);
- **NCM:** Nomenclatura Comum do Mercosul, código usado nos documentos de comércio exterior;
- **ELQ:** Economic Logistic Quantity (Quantidade Logística Econômica). Quantidade que minimiza o custo logístico;
- **Flatbed:** Se trata de uma cama de Flat Rack. O transporte de cargas Breakbulk, em alguns casos, também pode ser feitos em navios de contêiner.
- **Fatura Comercial:** Fatura Comercial é o documento de natureza contratual que espelha a operação de compra e venda entre o importador e o exportador. Usualmente, é mais comum encontrar sua definição em inglês: Commercial Invoice ou, simplesmente, Invoice.
- **O que é Fatura Pro Forma ou Proforma Invoice:** É o documento resultante do processo de negociação entre o exportador e o importador. Diferentemente da lista de preços ou do recebimento de uma simples solicitação de cotação, a Fatura Pro Forma indicará os detalhes acordados daquela compra específica, com todas as informações atinentes a ela.
- **Packing List (Romaneio):** Relação de mercadorias ou volumes;
- **RO-RO:** RO-RO é toda carga autopropelida ou rebocável seja sobre esteiras ou pneus e transportada por navios especializados. O ponto forte deste serviço é a versatilidade, pois além das cargas rolantes, pode-se transportar uma vasta gama de cargas estáticas;
- **Bulk Cargo** – Carga à granel, ou seja, sem embalagem;
- **Bulk Carrier** – Navio graneleiro, ou seja, próprio para o transporte de cargas à granel;

Existem muitos outros termos que fazem parte da área e esses são apenas alguns considerados como principais.

3.2 Modalidades de Transporte

Dentro de Comex, existem modalidades exclusivas de transportes, como a Aquaviária, conhecida também por Hidroviária, que utiliza a água para o transporte. Ele ainda pode ser categorizado como:

- **Marítimo:** Quando acontece sobre mares e oceanos, onde se utilizam navios para o transporte de cargas.
- **Fluvial:** Transporte que utiliza os rios para o transporte, geralmente feitos através de barcos;
- **Lacustre:** que é quando o transporte é feito através de lagos e lagoas.
- **Rodoviário:** é responsável por 75% da distribuição de cargas, este modal, normalmente transporta insumos e mercadorias industrializadas. Este é o modal que mais cresce desde a década de 50, por meio de caminhões e carretas pelas estradas do país.
- **Ferrovário:** é indicado para transportar cargas com volumes muito grandes e que precisam ser deslocados por longos trajetos. Normalmente, é combinado com outros modais, como por exemplo o rodoviário por causa da pouca flexibilidade de local já que o carregamento chega a um local fixo. Este modal é usado para mercadorias pesadas, como minério de ferro, siderúrgicos e agrícolas.
- **Aéreo:** Ele busca cobrir longas distâncias, em territórios nacional e internacional, de forma ágil e rápida. Ainda que o modal tenha limites para volume, tamanho e quantidade de material transportado, ele é indicado para o carregamento de eletrônicos e outras mercadorias frágeis.

3.3 Sistemas de Comex

No Brasil existem alguns sistemas responsáveis por controlar e administrar as atividades referentes ao comércio exterior, como o Siscoserv e o Siscomex.

Siscoserv é o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio. Já Exportações e Importações de Serviços são registradas no sistema Siscoserv.

Já Siscomex, como visto, é Sistema Integrado de Comércio Exterior, uma ferramenta administrativa que inclui as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de Comércio Exterior.

Atualmente o Siscomex passa por uma grande reestruturação. Muitos Sistemas da Família Siscomex já foram ou estão sendo reestruturados e inseridos no Portal Único de Comércio Exterior, visando a criação de um fluxo único de comex.

3.4 Comércio Exterior x Comércio Internacional

Presente desde a antiguidade, a troca de artefatos e de mantimentos sempre foi uma forma de promover o intercâmbio cultural entre os grupos populacionais e também de garantir comida para os habitantes de um determinado local. Para facilitar este processo, ao longo dos séculos foram desenvolvidas várias equivalências de valor e de moedas para promover essa troca, o que ficou popularmente conhecido como comércio.

É nesse cenário que entra o comércio internacional. Como cada país possui uma realidade e suas peculiaridades, foi necessário criar regras aplicadas a todos os países de um determinado acordo internacional, tudo para facilitar as negociações comerciais. Elas podem regular o movimento de capital e a compra e a venda de produtos e serviços entre as nações. Normalmente valem para um bloco econômico específico, como é o caso do Mercosul e da União Europeia.

Mas o comércio internacional não viola a soberania de um país. É por este motivo que também existe o comércio exterior. A grande diferença é que neste caso, os países definem as próprias regras em consonância com o comércio internacional. É nessa seara que surgem as padronizações e regularização de produtos que entram em um determinado país. Os produtos exportados e importados, portanto, seguem procedimentos legislativos, administrativos, tributários e aduaneiros. No Brasil, o principal órgão que regula essas operações é o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

A questão é que os dois conceitos estão interligados. A relação entre o comércio exterior de dois ou mais países pode formar padrões de comércio internacional.

3.5 Balança Comercial



Foto: <https://www.todamateria.com.br/balanca-comercial/>

Dentro do Comex existem muitos termos que não fazem parte tão do cotidiano das pessoas. Um desses termos é a Balança Comercial!

A Balança Comercial, nada mais é, do que a união das contas importação e exportação do país sendo um importante indicador econômico que representa muito sobre a situação da região analisada, esse indicador é tão importante quanto o PIB.

O saldo da balança comercial resulta da diferença entre as exportações e importações. O saldo da Balança Comercial é considerado positivo quando há valores das exportações maiores que o das importações, havendo assim um superávit.

Quando esse valor é negativo, ou seja, quando os valores das importações são maiores que os das exportações, falamos que ocorre um déficit.

Existe ainda a situação de Equilíbrio comercial que é quando as operações se igualam nos valores operacionalizados entre exportações e importações.

Nas operações de exportações dos produtos brasileiros, há uma participação predominante de produtos básicos nas operações realizadas a partir de 2011, não deixam dúvidas quanto à importância desse conjunto de bens, o que permite classificar o Brasil como exportador de commodities.

Balança Comercial de julho de 2021

Em julho/2021, comparado a igual mês do ano anterior, as exportações cresceram 37,5% e somaram US\$ 25,53 bilhões. As importações cresceram 60,5% e totalizaram US\$ 18,13 bilhões. Assim, a balança comercial registrou superávit de US\$ 7,40 bilhões, com crescimento de 1,7%, e a corrente de comércio aumentou 46,2%, alcançando US\$ 43,66 bilhões.

Por que ela é importante para o país?

▶ ▶ ▶ ▶ ▶

Ela é importante para o Comércio Exterior pois, por meio dela é sinalizado a condição comercial que o país está, ou seja, se operações negativas ou positivas foram realizadas ou ainda se houve um equilíbrio comercial.

Lembrando que um o saldo é considerado positivo quando há valores das exportações maiores que o das importações e quando os valores das importações são maiores que os das exportações, é considerado um déficit.

Taxa de Câmbio

O câmbio utilizado nas operações de exportação e importação, possuem influência nos valores finais de cada uma das operações.

O câmbio, nada mais é, do que a troca de uma moeda de um país, resultará em uma quantidade específica da moeda do segundo país. Ou seja, é a quantidade de reais necessária para se comprar US\$ 1, por exemplo.

Hoje existem 03 formatos principais de câmbio no Brasil que influenciam nas negociações, sendo elas de Exportação e Importação.

O órgão que acompanha de forma diretamente os indicadores da Balança Comercial é o SECINT que antigamente era conhecido como MDIC.

INDICAÇÃO:

Livro: Comportamento Cambial Brasileiro e As Consequências Sobre A Balança Comercial

Livro: A taxa de câmbio e os efeitos na balança comercial. Disponível em: <http://intranet.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/010/cambio.pdf>

REFERÊNCIAS:

SPRENGER, Leandro. **Comércio Exterior: Conceitos Básicos**. Faz comex, 2021. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/conceitos-basicos-do-comercio-exterior/>. Acesso em dia: 24 de Agosto de 2021.

UNIDADE II –

ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL

Conteúdo programático

- Órgãos anuentes e intervenientes
- Decex, Deint, Decon, Depla, Banco Central
- Ministério das Relações Exteriores

BLOCOS ECONÔMICOS

Conteúdo programático

- Tipos de Blocos Econômicos
- União Européia
- Mercado Comum do Sul
- Vantagens e Desvantagens

Objetivo

- Instrumentalizar os estudantes para identificação de características dos blocos econômicos e da estrutura no Brasil

4. ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL



Foto: <https://www.logisticadescomplicada.com/comercio-exterior-novos-rumos/>

O comércio exterior brasileiro é descentralizado, não possuindo um órgão específico para a atividade. Em outros países, como na Itália, existe uma pasta exclusiva para os negócios internacionais, o Ministério do Comércio Exterior. Aqui, a gestão se dá por áreas de competências, como Política de Comércio Exterior, Política Fiscal, Política Financeira, Políticas Bilaterais de Relações Internacionais, entre outras.

Câmara de Comércio Exterior (Camex)

O órgão mais importante, e atuante, no comércio exterior brasileiro é ligado diretamente a Presidência da República. Trata-se da Camex (Câmara de Comércio exterior).

A Camex foi criada em 1995, composta por um Conselho de Ministros e uma Secretaria Executiva. A criação desta câmara foi uma tentativa de responder as rápidas transformações crescimento do setor externo brasileiro, que sempre fora tratada de forma isolada por cada um dos Ministérios do país, limitando demasiadamente o processo decisório no comércio exterior. Atualmente, nenhuma medida que afete o comércio exterior brasileiro pode ser editada sem discussão prévia da Câmara.

Participam da Camex os seguintes Ministérios: MDIC, Casa Civil, Relações Exteriores, Fazenda, Agricultura, Planejamento e Desenvolvimento Agrário.

Entre as principais atribuições/competências, podemos destacar:

- Definir diretrizes e procedimentos relativos à implementação da política de comércio exterior visando à inserção competitiva do Brasil na economia internacional;

- Estabelecer as diretrizes para as negociações de acordos e convênios relativos ao comércio exterior, de natureza bilateral, regional ou multilateral;

- Orientar a política aduaneira, observada a competência específica do Ministério da Fazenda;

- Formular diretrizes básicas da política tarifária na importação e exportação;

- Fixar as alíquotas do imposto de exportação;

- Fixar as alíquotas do imposto de importação;

- Fixar direitos antidumping e compensatórios, provisórios ou definitivos, e salvaguardas.

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Atua no marketing externo, fazendo a promoção e divulgação de oportunidades comerciais no estrangeiro. O MRE atua, especificamente, em duas frentes de trabalho: a promoção comercial das exportações brasileiras e as negociações internacionais, sempre buscando o interesse da política externa brasileira.

A promoção comercial busca dar assistência às empresas brasileiras interessadas no processo de internacionalização de suas atividades. Este serviço é feito através dos SECOMs.

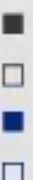
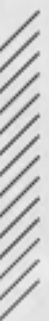
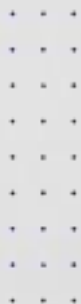
Os SECOMs são as "antenas" do Departamento de Promoção Comercial do MRE, instalados em mais de 50 postos estratégicos no exterior. São responsáveis por captar e divulgar as informações de oportunidades comerciais e de investimentos para empresas brasileiras. Produzem também pesquisas de mercados para produtos brasileiros com oportunidades no exterior.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

É o ministério responsável pelas decisões e execução das diretrizes políticas de comércio e exerce sua função através do órgão gestor SECEX – Secretaria de Comércio Exterior.

O MDIC foi criado em 1999 e tem como área de competência, no comércio exterior, os seguintes assuntos, entre outros:

- Política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;



- Políticas de comércio exterior;
- Regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior;
- Aplicação dos mecanismos de defesa comercial participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;

Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

O SECEX tem como principal função assessorar o MDIC na condução das políticas de comércio exterior. É o órgão estratégico do Ministério e é responsável pela gestão do controle comercial. O SECEX normatiza, supervisiona, orienta, planeja, controla e avalia as atividades de comércio exterior de acordo com as diretrizes da Camex e do MDIC. Entre os seus principais objetivos, podemos destacar:

- Propor medidas de políticas fiscal e cambial, de financiamento, de seguro, de transporte e fretes e de promoção comercial;
- Participar das negociações em acordos ou convênios internacionais relacionados ao comércio exterior;
- Formular propostas de políticas de comércio exterior e estabelecer normas necessárias a sua implementação.

Pode-se dizer, assim, que o SECEX é o carro-chefe do MDIC na gestão do comércio exterior brasileiro. O SECEX está estruturado em quatro departamentos: DECEX, DEINT, DECOM e DEPLA.

DECEX (Departamento de Comércio Exterior)

É a parte operacional da SECEX. É encarregado por elaborar e implementar os dispositivos regulamentares, no aspecto comercial, do comércio exterior brasileiro. Envolve o licenciamento de mercadorias importação e exportação, além da gestão do Sistema Brasileiro de Comércio Exterior (SISCOMEX);

DEINT (Departamento de Negociações Internacionais)

Coordena os trabalhos de negociações internacionais brasileiras a qual o Brasil participa;

DECOM (Departamento de Defesa Comercial)

Coordena as atividades de combate ao comércio desleal às empresas e produtos brasileiros. O DECOM acompanha e supervisiona os processos instaurados no exterior contra empresas brasileiras, dando-lhes assistências e assessoria cabível.

DEPLA (Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior)

Coordena a políticas e programas aplicáveis ao comércio exterior. É um departamento que coleta, analisa e sistematiza os dados e informações

estatísticas, de onde partem as propostas objetivando o desenvolvimento do comércio externo brasileiro.

Ministério da Fazenda (MF)

Responsável pela política monetária e fiscal, o MF (como é comumente chamado) zela pela defesa e pelos interesses fazendários, de fiscalização e controle de entrada e saída de mercadoria do comércio exterior.

No Comércio exterior, sua intervenção é feita através do principal órgão atuante e operacional, a Receita Federal do Brasil. Este órgão, que muitas vezes possui status de Ministério, atua na fiscalização aduaneira de mercadorias, produtos e bens que ingressam no país ou são enviados ao exterior. É responsável também pela cobrança dos direitos aduaneiros incidentes nessas operações. Além da RFB, o MF atua e exerce esta competência através do Banco Central do Brasil (BACEN).

Banco Central do Brasil (BACEN)

O BACEN é uma autarquia federal (Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública), vinculada ao MF e integrante do Sistema Financeiro Nacional. Criado pela Lei 4.595/1964, o BACEN é a autoridade monetária e o principal executor das políticas formuladas pelo Conselho Monetário Nacional, colegiado responsável por apontar as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia.

Além das competências de autoridade monetária, o BACEN autoriza os estabelecimentos bancários a comprar ou vender moedas estrangeiras no Brasil. Esta obrigação se dá pelo fato de no Brasil não ser permitido o livre curso de moedas estrangeiras, tanto a pessoas físicas como jurídicas. Esta regulamentação do controle cambial se encontra no Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

De forma prática, toda vez que um exportador ou importador for receber/pagar suas operações deverá procurar um banco autorizado pelo BACEN e comprar/vender as moedas estrangeiras recebendo/pagando em moedas nacional (Real), operação esta firmada através de um contrato de câmbio.

4.1 ÓRGÃOS ANUENTES E INTERVENIENTES



Foto: <https://conexaoaduanas.com.br/estrutura-do-comercio-exterior-brasileiro/>

Para manter a ordem e também atender a demanda nacional, no que se trata de entrada e saída de mercadoria do país, existem amparos legais nos quais se destina a responsabilidade de tais controles para alguns órgãos.

Em um contexto mais moderno, pode-se dizer que existem algumas categorias as quais se encaixam os mesmos. Seriam essas: administrativas, fiscais e cambial.

- **Função Administrativa:**

Coordenada pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) vinculada com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC). A SECEX estabelece regras para que alguns órgãos, ou até mesmo ela própria (dependendo da área de atuação) licenciem ou não, a entrada de determinados produtos no país. Estes procedimentos são feitos através das Licenças de Importação. Estas entidades seriam o Ministério da Saúde, ANVISA, Ministério do Exército, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e etc.

- **Função Fiscal:**

Esta função está designada à Receita Federal, a qual desempenha um papel muito importante: administração dos tributos federais e o controle aduaneiro, além de atuar no combate à elisão e evasão fiscal (sonegação), contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas e animais. A Receita Federal só fará a liberação de processos após análise criteriosa, tanto da parte administrativa quanto da tributária.

- Função Cambial:

É competência do Banco Central do Brasil (BACEN) as transações com o exterior que envolvam fechamento de câmbio, financiamentos, e etc., portanto os procedimentos do comércio internacional, que envolvam câmbio, está sob amparo do BACEN. A Receita Federal não controla este tipo de transação.

Compreende-se também que todos os órgãos anuentes, que compõe as estruturas do comércio internacional no Brasil, podem também intervir, ou seja, fiscalizar.

Identificamos que para manter o controle das importações e exportações do país, utiliza-se de diversos órgãos, cada qual com sua especificidade, buscam a ordem, atender as demandas, e até mesmo proteger o mercado interno com algumas restrições.

REFERÊNCIAS:

MATTOS, Analice. **A complexa estrutura do comércio exterior e suas dependências**. Consultor jurídico, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-21/analice-mattos-estrutura-complexa-comercio-exterior>. Acesso em: 24 de Agosto de 2021.

GUEIROS, Haroldo. **Intervenientes e Anuentes no Comércio Exterior**. Comex blog, 2013. Disponível em: <https://comexblog.com.br/importacao/intervenientes-e-anuentes-no-comercio-exterior/>. Acesso em: 24 de Agosto de 2021.

EFFICIENZA. **Órgãos Anuentes e intervenientes**, 2017. Disponível em: <https://efficienza.com.br/orgaos-anuentes-e-intervenientes/>. Acesso em: 24, Agosto, 2021

5. BLOCOS ECONÔMICOS

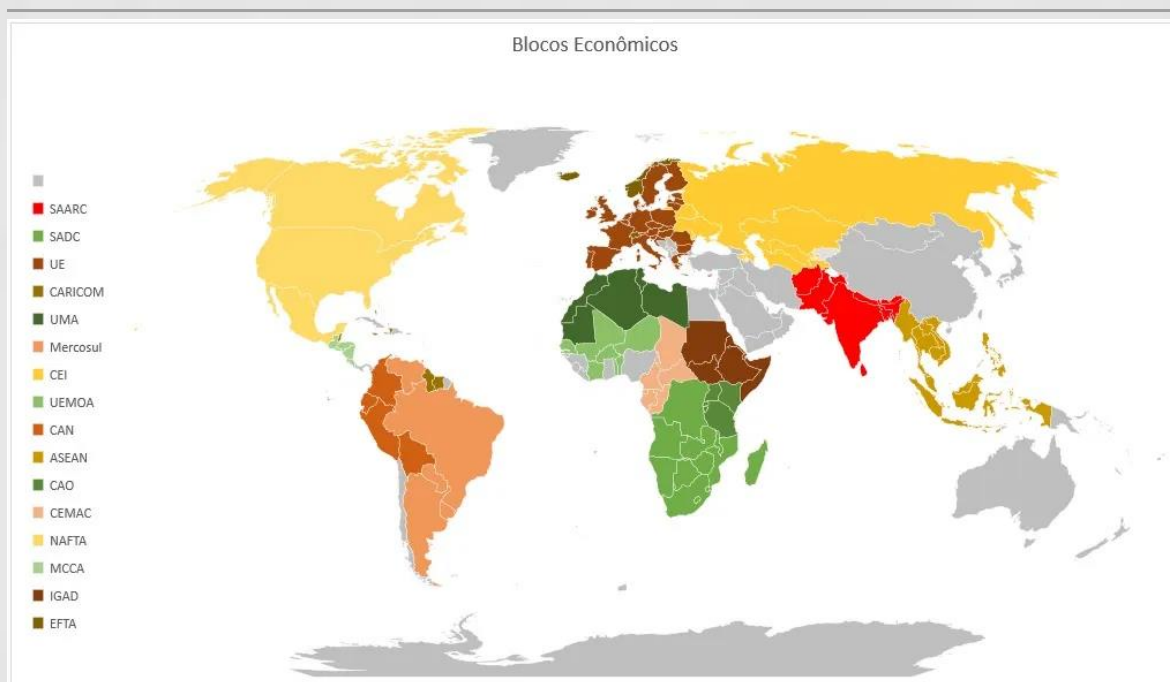


Foto: <https://radames.manosso.nom.br/bitabit/planilhas/blocos-economicos-e-organismos-internacionais-em-excel/>

Os blocos econômicos surgiram em um contexto amplo de difusão da globalização, a qual faz com que as economias do mundo todo se conectem, transformando o planeta em uma grande rede de trocas comerciais, culturais, políticas, sociais e várias outras possíveis.

Esses blocos passaram a se formar com o intuito de diminuir as fronteiras impostas pelos países, havendo trocas significativas, como mão de obra, serviços, capitais e fluxo de mercadorias. Além disso, também é um objetivo aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), o lucro das empresas e, conseqüentemente, os empregos nos países envolvidos.

Um bloco econômico pode ser considerado como um grande grupo de países que visam a aumentar as trocas comerciais regionais, expandindo seus dados econômicos, como PIB, empregos, multinacionais no país, poder de compra da população, entre outros.

Muitos autores chamam esses blocos de mercados regionais, em razão da restrição dos acordos à região dos países envolvidos, ou megablocos regionais, dada a grandeza de alguns, como a União Europeia.

Em um mundo cada vez mais globalizado, é natural que países queiram proteger suas economias da concorrência global. Isso porque, em muitas localidades, alguns fatores deixam a mercadoria mais atrativa a investidores, como a disponibilidade de mão de obra ou mesmo os incentivos fiscais oferecidos pelos governos.

Diante disso, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a ideia da criação de um mercado restrito para um grupo de países, a fim de incentivar suas economias. Esse era o objetivo da criação do Benelux (palavra que corresponde às três sílabas iniciais de cada país-membro), formado por Bélgica, Holanda (Netherlands, em inglês) e Luxemburgo.

Depois, outros blocos surgiram ao longo do século XX, como a União Europeia, o Mercosul, o Nafta, entre outros.

5.1 Tipos de blocos econômicos

Para compreender como funcionam os blocos econômicos, é necessário compreender como eles são criados. Existem vários blocos econômicos pelo mundo, mas cada um possui um nível de integração diferente dos demais. O que caracteriza essa integração é o desejo dos países-membros de intensificar mais ou menos as relações econômicas entre as nações.

No mundo globalizado, as economias mundiais estão em constante comunicação. Podemos organizar os blocos econômicos em diferentes tipos (características):

Zona de livre comércio: os países unem-se para a liberação gradual de mercadorias e capitais dentro dos limites territoriais do bloco. É uma integração tímida, visando apenas aos produtos e aos lucros obtidos nessa produção. Como exemplo, podemos citar o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), que envolve os três países da América do Norte: Canadá, Estados Unidos e México.

União aduaneira: trata-se de uma evolução da zona livre de comércio. Além da liberação das mercadorias e produtos, é estabelecida uma Tarifa Externa Comum (TEC) aos países de fora do bloco. Isso significa que, quando um país do bloco negociar com outro país que não pertença ao bloco, haverá uma taxa de importação padronizada, igual para todos os que participam da integração econômica. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um exemplo de bloco que possui a TEC.

Mercado comum: possui a integração mais evoluída. Há as duas características anteriores, como a zona de livre comércio e o estabelecimento da TEC, e outras para promover uma ampliação das relações entre os envolvidos. Essa ampliação busca padronizar leis trabalhistas, legislações econômicas, além da livre circulação de pessoas. Além disso, empresas nacionais podem expandir seus negócios, instalando-se em qualquer um dos países do bloco que está nesse nível de integração.

União econômica e monetária: Conforme as relações se intensificam e avançam, o bloco econômico pode chegar ao seu estágio máximo e completo: a adoção de uma moeda única e criação de um banco central do bloco. É o caso da União Europeia, que adotou o euro como moeda oficial

em 2002. Porém, essa moeda não é adotada em todos os países que fazem parte desse bloco.

Quais os principais blocos econômicos?

União Europeia (UE)

Sede da União Europeia, na cidade de Bruxelas, Bélgica.

A União Europeia, bloco iniciado com a criação do Belenux, em 1944, é o bloco econômico que representa a maior integração de nações, pois possui todas as características para tal ação. Apesar de adotar uma moeda única no bloco, nem todos os países-membros utilizam o euro. São 27 países participantes desse bloco, os quais, juntos, possuem um PIB maior do que a China (segunda maior potência econômica do mundo).

Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA - do inglês North American Free Trade Agreement)

Esse bloco teve seu início em 1989, com adesão de dois países da América do Norte: Canadá e Estados Unidos. As conversas com o México começaram dois anos depois, em 1991. Em 1994, o Nafta entrou em vigor com a adesão dos três países citados após três anos de negociações.

Com uma pequena integração econômica, os três países envolvidos possuem trocas comerciais significativas, com amplo mercado consumidor. Tais trocas possibilitaram uma modernização industrial, além de impulsionar investimentos e fluxos de comércio nos três países. Estima-se que as trocas em mercadorias diárias entre esses países cheguem a 2,6 bilhões de dólares, o que corresponde, aproximadamente, a 108 milhões de dólares por hora.

Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Criado no início da década de 1990, o Mercosul corresponde ao maior PIB da América Latina, com 10 países envolvidos, havendo desde trocas comerciais até livre circulação de pessoas. O Mercosul corresponde à quinta maior economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de quase 2,8 trilhões de dólares. Além disso, esse bloco é um espaço privilegiado para investimentos, associações empresariais, turismo, comércio, entre outros cenários econômicos.

Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean - do inglês Association of South East Asian Nations)

Esse bloco foi criado em 1967, na Tailândia, com o objetivo de desenvolver países que estão no sudeste da Ásia, como Indonésia, Cingapura, Malásia e outros. Trata-se de um bloco tímido que se encaixa em uma união aduaneira, cujas ações buscam a integração política e econômica dos países-membros.

Asia-Pacific Economic Cooperation (Apec)

Com 21 países participantes, esse bloco inclui as nações banhadas pelo oceano Pacífico, como Estado Unidos, Japão, China, Peru, Hong Kong e outros. Inicialmente, quando foi criado, em 1989, era apenas um fórum para decisões econômicas entre as nações. Com o tempo, houve a tentativa de implantar uma zona de livre comércio, mas as disparidades eram imensas.

Apesar de haver uma interdependência gradual entre as nações, ainda há muito que superar para que essa zona de livre comércio seja implementada, haja vista as disputas comerciais entre as três maiores economias do globo presentes nesse bloco: Estados Unidos, China e Japão.

5.2 Vantagens e desvantagens dos blocos econômicos

Os blocos são vantajosos para a maioria dos países envolvidos, pois a troca econômica é bem ampla, o que contribui para que empresas de um país instalem-se em outro, para a circulação de bens, serviços e capital, além da circulação de pessoas, como o caso da União Europeia e do Mercosul.

Entretanto, as economias mais frágeis do bloco ficam prejudicadas em alguns quesitos, como é o caso do México no NAFTA. Indústrias estadunidenses instalam-se no país latino, usam mão de obra mais barata para produzir suas mercadorias e vendem, com um preço elevado, para mexicanos e estadunidenses, além dos canadenses. O poder de compra dos Estados Unidos é maior que o dos mexicanos, ou seja, a aquisição de um bem não depende, nesse caso, da origem do produto, mas sim do preço que lhe é colocado.

Outra desvantagem, em tempos de globalização, é o protecionismo econômico que há em alguns blocos em relação a produtos que vêm de outros países não pertencentes ao bloco.

Há, também, situações em que a xenofobia está presente, como na União Europeia. Em muitos países, como na França, a Frente Nacional, partido de extrema-direita, defende a França para os franceses, slogan utilizado em algumas eleições e que se posiciona contra a integração dos países. Para esse partido e seus apoiadores, a livre entrada de pessoas deve ser revista, com restrições a determinadas nacionalidades.

Em linhas gerais, nos blocos econômicos, as grandes economias só têm a ganhar, pois, com a ampliação das relações econômicas, a tendência é que os grandes continuem grandes e até maiores. Já para os países com economias mais frágeis, há uma dependência em relação aos países mais fortes, como é o caso do México e do Canadá no Nafta, que dependem do mercado consumidor estadunidense para que suas economias continuem pujantes.

INDICAÇÃO:

Livro: Mercosul e NAFTA: o Brasil e a integração hemisférica

Filme: O lobo de Wall Street / Disponível em: Pime Vídeo

REFERÊNCIAS:

PENA, Rodolfo. **União Europeia**. Brasil Escola. Disponível em:
<https://m.brasilecola.uol.com.br/geografia/uniao-europeia.htm>. Acesso em:
24 de Agosto de 2021.

RIBEIRO, Amarolina. **NAFTA**. Mundo educação. Disponível em:
<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/nafta.htm>. Acesso em: 24 de
Agosto de 2021.

MATIAS, Atila. **MERCOSUL**. Brasil Escola. Disponível em:
<https://m.brasilecola.uol.com.br/geografia/mercosul.htm>. Acesso em: 24 de
Agosto de 2021.

FAXCOMEX. **O que é balança comercial?**, 2021. Disponível em:
<https://www.fazcomex.com.br/blog/balanca-comercial/>. Acesso em: 20
Agosto 2021



UNIDADE III –

IMPORTAÇÃO

Conteúdo programático

- Conceito de Importação
- Principais produtos importados no Brasil
- Tipos de Exportação
- Tributos sobre as operações de Importação

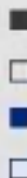
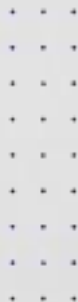
EXPORTAÇÃO

Conteúdo programático

- Conceito de Exportação
- Principais produtos exportados
- Tipos de Exportação

Objetivo

- Conhecer as habilidades e competências para exportação e importação, seus principais produtos e Países fornecedores.



6. IMPORTAÇÃO



Foto: <https://www.fazcomex.com.br/blog/o-que-e-importacao/>

Dentro do comércio exterior, existem os processos de exportação e importação. Cada um deles possui funções e importâncias diferentes dentro do comex.

A importação de um bem ou produto, é o ato de um país comprar mercadorias ou produtos originados de outro país. Ou seja, os produtos são fabricados em outros países e comprados pelo Brasil ou qualquer outro país, por exemplo.

A importação cuida de trazer um produto, bem ou serviço dos países externos para dentro do Brasil, no caso, o mercado interno. A chegada desse novo produto, bem ou serviço pode ser realizada tanto de forma temporária quanto definitiva ao mercado.

Porém, ela não abrange só esse processo, ele engloba outras variedades de operações, além de agentes e uma outra série de definições importantes e que precisam ser consideradas. Por exemplo, uma pessoa física que compra itens menores de um site chinês é considerada uma importação informal, ela possui um limite no valor de US\$ 3.000,00 para a realização da Operação.

Os principais produtos importados pelo Brasil:

Processo de Importação no Comex

Por outro lado, quando o processo é realizado por uma pessoa jurídica, ou seja, uma empresa, é necessário seguir algumas regras e normas para a liberação de entrada e saída de um produto no país.

A grande diferença está na complexidade de cada uma das operações que contam com:

- Incidência de impostos;
- Tipo do frete de acordo com o modal de transporte escolhido;
- Seguro da carga.
- A escolha do Incoterm: Ele poderá definir as responsabilidades do exportador e do importador na parte logística;
- Especificações de cada mercadoria.

Conhecer o processo é a chave para uma operação bem realizada.

Hoje em dia, o processo é realizado através da DI, Declaração de Importação, mas em pouco tempo a DI será substituída pela DUIMP, A Declaração Única de Importação.

A DUIMP

A DUIMP, Declaração Única de Importação, é o documento eletrônico que reúne todas as informações de natureza aduaneira, administrativa, comercial, financeira, tributária e fiscal pertinentes ao controle das importações pelos órgãos competentes da Administração Pública brasileira na execução de suas atribuições legais.

A DUIMP substituirá a DI , Declaração de Importação, do Siscomex Web e a DSI, Declaração Simplificada de Importação, também do Siscomex Importação WEB.

Já a LI, Licença de Importação, será substituída pelo LPCO que são as Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos.

É importante salientar que alguns tipos de segmentos são extremamente burocráticos e detalhistas nos processos de importações. Produtos como: medicamentos, alimentos e animais vivos, necessitam de documentações que garantem o controle sanitário, ambiental e de segurança de cada país.

Habilitação no Radar

Para começar a importar, a empresa necessita estar com a Habilitação no Radar ativa. O RADAR é Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros.

O Radar é o primeiro passo para quem deseja operar com negócios internacionais. Através desta habilitação, você prova que a sua empresa está devidamente constituída e legalizada, ou seja, com as condições essenciais para que ela possa passar a importar.

No mês de Maio de 2019, foi publicada no Diário Oficial a IN 1.893/2019, a qual altera a validade da Habilitação Siscomex. A habilitação de pessoa física ou de responsável pela pessoa jurídica para prática de atos no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) passou a ter validade de seis meses. Anteriormente, a validade da habilitação era de 18 meses.

Existem também os tipos de habilitações que podem ser geradas. Essa informação é importante para ser considerada na hora de definir o volume de importações que a sua empresa irá realizar.

As modalidades de habilitação no Siscomex são Pessoa Jurídica e Pessoa Física. A versão Pessoa Jurídica está subdividida em 3 submodalidades, são elas:

- Habilitação Expressa: A empresa pode movimentar até 50 mil dólares a cada 6 meses e é a mais fácil de ser obtida, pois tem menos pré-requisitos para apresentar à Receita Federal.
- Habilitação Limitada: Pode importar até 150 mil dólares a cada 6 meses.
- Habilitação Ilimitada: Empresas que desejam importar mais que 150 mil dólares a cada 6 meses.

Existem 03 tipos de importações no Brasil, são elas:

Importação própria ou direta
Importação por conta e ordem de terceiros
Importação por encomenda

1) Importação própria ou direta

Na operação de importação própria ou direta, o importador é o próprio consumidor final dos produtos. Nesse formato de operação, a empresa importa utilizando seus próprios recursos para a nacionalização dos bens. Além disso, esta empresa é a responsável pela negociação junto à origem, pela documentação, conferência e desembaraço aduaneiro.

Ou seja, a empresa, no primeiro momento, realiza a operação para ser consumidora dos bens comprados utilizando recursos próprios para, além de ser responsável por todo o fluxo do trâmite.

2) Importação por conta e ordem de terceiros

Nessa modalidade, a importação é um serviço prestado por uma empresa terceira, que irá realizar o processo da liberação aduaneira na importação de mercadorias adquiridas pela contratante.

Na importação de por conta e ordem de terceiros, a empresa contratante possui o fornecedor, o qual é chamado de Trading no mercado do Comex, além de já possuir a trading para a realização da operação, já possui o produto que será importado.

A Trading irá se preocupar com todo o processo de importação, ou seja:

- Análise administrativa;
- Tributária;
- Processo de logística da operação;
- Providenciar os documentos necessários;

Proceder com a liberação alfandegária junto ao despachante aduaneiro;
Entregar a mercadoria no local indicado pela contratante.

Isto tudo é realizado por meio de um contrato assinado e estabelecido junto à Receita Federal brasileira.

3) Importação por encomenda

Neste formato, o importador também atua como um intermediário no processo de importação, porém utiliza de recursos próprios para a realização da operação.

Ou seja, diferente da importação por conta e ordem de terceiros, a importação por encomenda utiliza os bens próprios para a realização da operação e não a da contratante. Que neste formato de operação, é chamada de encomendante.

A encomendante também é responsável legal pelo recolhimento dos tributos incidentes da operação.

Quais os tributos sobre as operações de importação?

A realização de operações de importações, conta com alguns impostos que precisam ser levados em consideração. São eles:

Impostos de abrangência nacional

Alguns tributos nacionais fazem parte das operações, como: IPI, Imposto sobre Produto Industrializado, o PIS e o COFINS. Cada um deles possui uma base de cálculo, então é importante ficar atento a esse fator.

Impostos de abrangência estadual

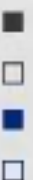
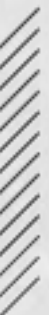
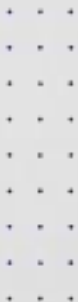
Quando se fala de impostos estaduais, contamos com ICMS. Importante lembrar que cada estado brasileiro possui seu próprio regulamento do ICMS. Portanto, em alguns estados a alíquota de cálculo do ICMS pode variar entre 17% e 18% sobre o produto.

INDICAÇÃO:

Vídeo: Perguntas Frequentes de Importação - Siscomex / Disponível no Youtube

REFERÊNCIA:

FAXCOMEX. **O que é importação?**, 2021. Disponível em:
<https://www.fazcomex.com.br/blog/o-que-e-importacao/>. Acesso em: 25 Agosto 2021



7. Exportação



Foto: <https://www.fazcomex.com.br/blog/fluxo-de-exportacao/>

O que é exportação?

Exportação é a saída temporária ou definitiva de produtos, bens e serviços nacionais para outros países. Em linhas gerais, é quando as empresas instaladas dentro do país vendem seus produtos, bens e serviços no mercado exterior.

As exportações do Brasil, em 2020, atingiram US \$209,921 bilhões e as importações, US \$158,926 bilhões. No primeiro trimestre de 2021 as exportações de produtos de alta tecnologia já cresceram 4% o valor passou de US \$1,29 bilhão. Hoje o Brasil é a 13.ª maior economia global, mas ocupa a 25.ª posição entre os exportadores mundiais de bens.

As exportações possibilitam o aumento da escala de produção, a aquisição de conhecimento e o aproveitamento de ganhos com especialização em etapas das cadeias globais de valor.

Para que o Brasil tenha maior participação no mercado exterior, é necessário mudanças na política comercial que ampliem a demanda externa pelos bens e serviços brasileiros e que melhorem o ambiente de negócios.

O profissional de Comércio Exterior atua no processo de importação e exportação de produtos, na identificação de mercados estratégicos, na elaboração de estratégias de negócio, na definição de toda a logística entre outras coisas.

Neste processo estão envolvidos um grande número de órgãos e tomadores de decisão nas esferas federal, estadual e municipal.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) oferece cursos para empresários e profissionais da área de comércio exterior que ensinam desde o básico, para quem está começando no processo de internacionalização, até temas mais avançados como precificação e adequação de embalagens. São oferecidos cursos como Formação de Preço de Exportação, Exportação Passo a Passo, e Desenvolvimento e Adequação de Embalagem para Exportação.

O Brasil é campeão em exportação de soja, petróleo, minério de ferro, celulose, milho, café e carnes bovina e de frango. Os 10 principais países consumidores das exportações brasileiras são respectivamente a China, Estados Unidos, Países Baixos, Argentina, Japão, Chile, México, Alemanha, Espanha e Coreia do Sul

As exportações aumentam a produtividade, a inovação e a competitividade das empresas. Isso ocorre porque elas precisam se adequar às exigências do mercado exterior e acessar novas culturas abrindo espaço para trocas de experiências, potencializando o intercâmbio de tecnologias e know-how.

6.1 Os 10 produtos mais exportados pelo Brasil em 2020 foram:

- 1 - Soja
- 2 - Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos
- 3 - Minério de ferro e seus concentrados
- 4 - Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos
- 5 - Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada
- 6 - Celulose
- 7 - Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas
- 8 - Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais
- 9 - Produtos para a Indústria da Transformação
- 10 - Açúcares e melaços

6.2 Qual país é o maior exportador do mundo?

A China é um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Em 2019, a participação do país no valor adicionado da indústria de transformação mundial foi de 29,67%, um aumento de 0,82 ponto percentual em relação a 2018, sendo o único resultado positivo entre os países avaliados.

6.3 Propostas da CNI para fortalecer a exportação

Para fortalecer as exportações no país, é necessário identificar tanto as mudanças na política comercial brasileira que melhorem o ambiente de negócios quanto os serviços pedidos pela indústria para sua internacionalização.

Dessa forma, a Agenda Internacional da Indústria 2020 apresentou as prioridades da atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a inserção internacional das empresas brasileiras.

A quinta edição, lançada em 25 de março de 2020, foi elaborada por meio de consulta a toda a base empresarial, incluindo federações de indústrias, associações setoriais, sindicatos patronais, e empresas exportadoras e investidoras no exterior.

Neste ano, o documento lista 109 ações, distribuídas em quatro eixos de atuação: defesa de interesses em política comercial; serviços de apoio à internacionalização; ações em mercados estratégicos; e cooperação internacional.

6.4 As 10 ações prioritárias:

1. TARIFA EXTERNA COMUM: Manter a defesa da abertura comercial via acordos comerciais; e, de forma alternativa, defender consulta pública prévia para a revisão da TEC e uso de metodologia que leve em conta os diferenciais de custo entre o Brasil e os seus principais concorrentes e a tarifa aplicada real, que seja sincronizada com uma agenda de reformas para a competitividade.

2. MERCOSUL: Defender a importância econômica do Mercosul para a indústria e o Brasil; defender as propostas para o bom funcionamento do livre comércio no Mercosul; defender as propostas para o aprofundamento da agenda econômica e comercial do bloco presentes na Agenda para o Mercosul 2019; defender o aperfeiçoamento da governança técnica e administrativa do bloco; e defender a internalização dos protocolos de Contratações Públicas e de Facilitação de Comércio do Mercosul.

3. OCDE: Elaborar, apresentar e defender propostas que contribuam para a acessão do Brasil à OCDE nos temas de relevância para a indústria; sensibilizar o setor privado para a importância da agenda da OCDE; monitorar a adesão a novos instrumentos e analisar seus impactos e relevância para a indústria; e defender, junto às congêneres da CNI no exterior, o apoio dos seus respectivos governos para o processo de acessão do Brasil.

4. OMC: Defender a importância da manutenção do sistema multilateral de comércio, sobretudo do funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias e de seu Órgão de Apelação; monitorar as negociações de novos acordos no âmbito da OMC; aprofundar as posições da indústria, em particular nos temas de facilitação de investimentos e comércio eletrônico; e avaliar, junto ao setor privado, a possibilidade de adesão do Brasil ao Acordo de Compras Governamentais (ACG).

5. LEI DE LUCROS NO EXTERIOR: Defender a revisão da Lei nº 12.973/2014 para eliminar a tributação do lucro das empresas no exterior ou, de forma alternativa, ampliar a concessão de crédito presumido de 9% para todos os setores e defender a prorrogação desse crédito e da consolidação dos resultados das empresas, de 2022 para 2030; e defender a alteração de critérios para o enquadramento de um país como regime de subtributação.

6. PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR: Defender a importância do programa, a alocação de recursos financeiros para sua execução, a implantação dos novos módulos de importação e de coleta única, e a total integração dos órgãos anuentes e dos seus respectivos controles e regulamentações; e acompanhar a implantação do catálogo de produtos.

7. REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O COMÉRCIO EXTERIOR: Monitorar as discussões e avaliar os impactos das propostas de Reforma Tributária para o comércio exterior; e defender a manutenção da isonomia tributária das exportações, a eliminação da cumulatividade, a melhoria na compensação de créditos tributários federais e estaduais, e a manutenção dos regimes aduaneiros especiais de Drawback, Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (Recof) e Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped).

8. GOVERNANÇA DO SISTEMA PÚBLICO DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES: Defender o aprimoramento da estrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pelas atividades de financiamento às exportações, maior autonomia para o Banco do Brasil (BB) nas operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e realização de reuniões regulares do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) da Camex.

9. SUBSÍDIOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS: Defender a publicação e a entrada em vigor do novo decreto de medidas compensatórias, contendo os principais pontos apresentados pela indústria, sobretudo a adequação da definição de subsídios, previsão de adoção de metodologias alternativas em casos de condições anormais de comércio e mudança da definição de

indústria doméstica; e sensibilizar o setor privado e o governo brasileiro sobre a importância de compreender subsídios que afetam a indústria e podem ser alvos de medidas compensatórias.

10. ROTA GLOBAL: Defender e apoiar a implementação da metodologia Rota Global em até 18 estados por meio do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE); automatizar o plano de internacionalização e a matriz de serviços; e assegurar a aplicação da metodologia nas parcerias estabelecidas pela CNI.

6.5 Simplificação e desburocratização do comércio exterior

A simplificação e a desburocratização dos processos de comércio exterior são vitais para reduzir tempo e custos nas operações de exportação e importação e, conseqüentemente, aumentar a competitividade das empresas.

No Brasil, são mais de 20 órgãos anuentes na exportação/importação de produtos. Além disso, falta padronização na cobrança de impostos, taxas e contribuições – até mesmo operadores especializados têm dificuldade para entender a complexa rede de procedimentos.

Algumas taxas cobradas hoje excedem limites previstos em normas jurídicas internas e compromissos internacionais.

A articulação e a integração dos diversos órgãos da administração pública e a cooperação entre o governo e o setor privado no desenvolvimento de soluções, como o programa Portal Único de Comércio Exterior, são fatores-chave para reduzir a burocracia.

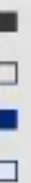
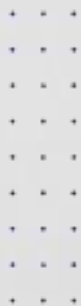
A pandemia causada pelo novo coronavírus afeta também o comércio exterior brasileiro. Acompanhe pelo portal da CNI as medidas do governo brasileiro relacionadas ao comércio exterior, as diretrizes e iniciativas de organismos internacionais, a participação da CNI em iniciativas internacionais e o monitoramento de medidas comerciais.

INDICAÇÃO:

Livro: O exportador: construindo o seu projeto de internacionalização

REFERÊNCIA:

FAXCOMEX. **Fluxo de exportação:** Passo a passo, 2021. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/fluxo-de-exportacao/>. Acesso em: 24 Agosto 2021



7. Coronavírus: Economia e Comércio Exterior



Foto: <https://fia.com.br/blog/impactos-da-covid-19/>

Com a propagação do vírus Coronavírus na China e a disseminação mundial da nova doença, os impactos do Covid-19 na Economia e no Comércio Exterior (Exportação e Importação) são palpáveis, neste texto trataremos sobre este tema.

Em meio ao caos da epidemia do Coronavírus (ou Covid-19) a Bolsa de Valores de Xangai, reaberta após duas semanas de recessão, reabre com queda de 7%, o patamar mais baixo em quatro anos. Foram atingidos principalmente os papéis de empresas dos setores de manufatura e bens de consumo, enquanto companhias de saúde subiram quase 10%.

Segundo economistas, a China acabou perdendo o controle sobre o vírus e isso afetará o mercado internacional.

A bolsa de valores brasileira já apresentou queda, o Ibovespa encerrou o dia em desvalorização de 3,29%, a 114.481 pontos.

Investidores tendem a preferir investir em ativos mais seguros como o dólar, que subiu em torno de 0,6% desde o início da crise por conta do Coronavírus.

7.1 Impactos do Covid-19 nas Exportações e Importações

Os impactos do Coronavírus nas negociações internacionais já são palpáveis e diversas. Aqui no Brasil já podemos sentir a falta de contêineres vazios para realização das exportações.

Com menos navios saindo da China, há um acúmulo de contêineres no país asiático, o que gera uma escassez global dos equipamentos.

Além disso, quanto às importações da China no Brasil já se sente no dia a dia do Comex: embarques atrasados, falta de documentação (necessidade de fazer telex release), cancelamentos de embarques devido a atrasos na produção chinesa.

Alguns setores da nossa economia são afetados mais rapidamente, como é o caso da indústria brasileira de eletroeletrônicos. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), 70% das empresas do setor já lidam com problemas de abastecimento de componentes e insumos importados da China.

Fábricas responsáveis pela produção de celulares da Motorola e da LG estão com suas linhas de montagem paralisadas ou com atividade reduzida em decorrência da falta de peças, conforme o Blog Olhar Digital.

Com a chegada do vírus no Brasil as empresas de prestação de serviços em comércio exterior e despachantes aduaneiros aderem ao Home Office no Comex.

BC ampliou o prazo de contratos de câmbio: Devido aos efeitos da pandemia do Coronavírus, o exportador passou a ter até 1.500 dias entre a contratação e a liquidação da operação de exportação, medida tomada pelo Banco Central em meados de Abril de 2020.

REFERÊNCIA:

FAXCOMEX. **Coronavírus:** Economia e Comércio Exterior ,2021.Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/coronavirus-economia-e-comercio-exterior/>. Acesso em: 24 Agosto 2021